

## **GRAMSCI E O SENTIDO DA POLÍTICA: MATERIALISMO HISTÓRICO, RECUSA DOS DOGMAS ECONOMICISTAS E DAS ILUSÕES “IDEOLOGISTAS”**

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns dos principais conceitos do pensador italiano Antonio Gramsci, em especial a noção de hegemonia. A partir de uma discussão teórica, este trabalho pretende discutir como o pensamento engendrado por Gramsci tem raízes solidamente fundadas no materialismo histórico elaborado por Marx e Engels e renovado por Lênin. Para tanto, partindo da epistemologia marxiana, procura organizar a apresentação dos conceitos partindo de elementos mais simples e abstratos em direção à totalidade da realidade social, objetivando a construção de um concreto pensado. Assim, compreende que embora Gramsci tenha introduzido novos e importantes elementos a esse campo de pensamento, a fundamentação teórico-metodológica do seu pensamento permanece materialista, herdeira, portanto, da tradição marxista. Este artigo pretende também focar nos aspectos metodológicos da operacionalização empírica dos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, discutindo as dimensões e indicadores necessários para a constatação dos fenômenos da hegemonia e contra-hegemonia na realidade social. Como inovações do pensamento gramsciano, o artigo destaca também a sua virada teórica em direção à consideração das ideologias e concepções de mundo como elementos de cultura, por onde a ação política deve ter início, e não como falsa consciência. Ademais, destaca-se também a importância da sua crítica ao marxismo que considerava mecanicista, buscando aprofundar dialeticamente as relações entre a infraestrutura econômica e a superestrutura, a economia, a sociedade civil e a sociedade política, o que o permitiu renovar a teoria política marxista, se tornando um dos principais pensadores desse campo teórico/político.

**Palavras-chave:** Gramsci. Teoria Política. Materialismo histórico. Hegemonia.

- 
- 1 Sociólogo, mestre e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência de pesquisa, com ênfase em Sociologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: metrópoles, segregação e desigualdades socioespaciais. Atualmente é assistente de pesquisa do núcleo Salvador do Observatório das Metrópoles.
  - 2 Cientista política, mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência de pesquisa, com ênfase na área de comportamento político na Bahia. Atualmente é professora substituta do departamento de ciência política da UFBA e membro do grupo de pesquisa Instituições Políticas Subnacionais – CRH/UFBA.

## 1 INTRODUÇÃO

O erro que se incorre frequentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, o contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, tem-se excesso de ‘economicismo’ ou de doutrinário pedante; no outro, excesso de ideologismo. Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro exalta-se o elemento voluntarista e individual. (GRAMSCI, 2000, p. 37)

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns dos principais conceitos do pensador italiano Antonio Gramsci, em especial a noção de hegemonia. Passando por elementos subjacentes a esses conceitos, suas relações com a estrutura econômica, com a construção da política (o partido e os intelectuais), passando pelas dimensões da sociedade civil e do Estado, e chegando aos seus objetivos e/ou consequências (o sistema hegemônico e o bloco histórico). Inicialmente, o artigo pretende discutir como o pensamento engendrado por Gramsci tem raízes solidamente fundadas no materialismo histórico elaborado por Marx e Engels e renovado por Lênin em suas análises da realidade do capitalismo do século XX. Embora tenha introduzido novos e importantes elementos a esse campo de pensamento, como uma virada em direção à consideração das ideologias e concepções de mundo não como falsa consciência, mas como elementos de cultura, a fundamentação teórico-metodológica do pensamento gramsciano é materialista, herdeira, portanto, da tradição marxista. Esta interpretação se afasta, assim, de outras análises, notadamente de pensadores do campo liberal, que utilizam os conceitos gramscianos de modo mais desprezado e sem vínculos tão fundamentais, como aqui se quer demonstrar, com o materialismo histórico.

Por outro lado, ao longo da descrição e do debate acerca dos conceitos, o artigo pretende também focar nos aspectos metodológicos da sua operacionalização nas análises de fenômenos histórico-sociais concretos, discutindo as dimensões e indicadores necessários para a constatação dos fenômenos da hegemonia e contra-hegemonia na realidade social, de modo que conceitos tão importantes não sejam traduzidos sem fidelidade ao pensamento original do autor. Não se pretende, evidentemente, engessar os conceitos gramscianos, mas apenas balizá-los de modo que determinadas distorções possam ser evitadas.

Fundamentando-se no método marxiano expresso em *Para a crítica da economia política*, este artigo procura organizar a apresentação dos conceitos

gramscianos partindo de elementos mais simples e abstratos em direção à totalidade da realidade social, objetivando a construção de um concreto pensado. Assim, o artigo discutirá as dimensões do pensamento gramsciano a partir do que concebe como o mais simples e, portanto, mais fundamental, ao mais complexo e, dessa forma, do que se aproxima mais da realidade como totalidade – das classes economicamente fundamentais ao bloco histórico. Embora seja uma tentativa, esse empreendimento soa bastante complexo na medida em que o próprio autor não os organizou de forma sistemática e como na sua própria construção é profundamente dialética e orgânica (nos seus dizeres), ou seja, os conceitos e noções vão e voltam e suas premissas fundamentais estão expressas em todos eles, de modo que é bastante difícil falar do que se considera fundamental sem utilizar ideias que, na interpretação aqui expressa, estariam mais adiante. Antes, entretanto, como forma de compreender os elementos subjacentes, será feita uma breve contextualização histórica do autor.

## **2 CONTEXTO HISTÓRICO**

Antonio Gramsci nasceu na Sardenha, em 22 de janeiro de 1891, filho de uma família pobre dessa ilha italiana. Fez estudos universitários em Turim, onde ingressou no Partido Socialista Italiano em 1913, começando a escrever artigos para jornais socialistas. Em 1921, participou da fundação do Partido Comunista Italiano, trabalhando também na Internacional Comunista. Gramsci foi um grande organizador político italiano, tendo sido eleito deputado pelo PCI e militado entre as bases, junto à classe trabalhadora, em mobilizações operárias, em especial o levante dos conselhos operários de Turim, em 1919. (SADER, 2005)

Sua obra é um libelo sobre a situação política italiana e tem como objetivo subjacente compreender os motivos pelos quais o movimento operário não conseguia levar adiante seu projeto de sociedade. Por que a classe subalterna não se unia em torno dos ideais de sua emancipação? Por que permanecia defendendo as teses de seus inimigos? Esses questionamentos se mantêm como os principais móveis do pensamento de Gramsci, que estava fundamentalmente preocupado em fazer a classe operária superar seus horizontes corporativos e assumir seu papel de dirigente político da luta. Como afirma Hobsbawn (1975, p. 67) citado por Germano (1992, p. 125):

Não foi senão com o colapso das esperanças revolucionárias, no início dos anos 20, que se tornou premente, mais uma vez, a necessidade de uma reflexão sistemática sobre a política. Ela deveria abranger tanto a natureza

dos regimes socialistas quanto a natureza de luta pelo poder, no decorrer de um período em que uma 'longa guerra por posição' fosse mais provável do que uma batalha decisiva. A derrota da revolução soviética na Europa, a necessidade de analisar e explicar esta derrota e de encontrar uma estratégia alternativa, mais promissora, constituíram o ponto de partida do pensamento maduro de Gramsci.

Na tentativa de refletir sobre essa estratégia, Gramsci criou um dos mais notáveis e fecundos arcaouços da teoria política que vai muito mais além do contexto italiano e introduz notáveis contribuições à própria tradição marxista, especialmente no que se refere às ideias de cultura e ideologia como componentes permanentes da práxis da classe trabalhadora.

### **3 AS CLASSES FUNDAMENTAIS E SUAS FRAÇÕES**

Gramsci é conhecido nos estudos da política como o teórico da cultura, um autor da superestrutura e, por vezes, é interpretado como se suas concepções não estivessem tão intrinsecamente relacionadas com os eventos da estrutura, como se referia aos movimentos do campo econômico. De fato, Gramsci não se detém nos estudos de economia política, mas em vários momentos deixa entrever claramente sua perspectiva acerca dela e de sua relação com os elementos propriamente da política.

Em primeiro lugar, é importante notar a utilização frequente que o autor faz dos trechos do prefácio de 1859 de *Contribuição à crítica da economia política* de Marx. A partir da sua ruptura com a dialética hegeliana e o movimento de virá-la “de ponta cabeça” elaborado nos seus primeiros escritos filosóficos, Marx segue em direção ao materialismo, com a aderência às premissas naturalistas, realizada nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, tendo concretizado essa nova forma de pensar de modo mais acabado em parceria com Engels em *A ideologia alemã* de 1845/1846. Este livro teve o objetivo manifesto de passar a limpo o materialismo histórico dialético, mas terminou por não ser publicado, tendo ficado apenas “às críticas roedoras dos ratos”. O livro foi redescoberto e publicado em Moscou apenas em 1933.<sup>3</sup> Nesse aspecto, um dos mais importantes balizadores acerca da compreensão materialista dialética da história foi o prefácio

3 Sabe-se hoje que o livro *A ideologia alemã* não se configurou como um livro definitivo, mas como uma obra incompleta, “composta por uma série de notas inconclusas, esparsas, dispersas”. (AGUIAR, 2012) Neste sentido, deve ser analisada com as ressalvas relativas à sua condição. A despeito disto, consideramos que essas ressalvas não anulam o objetivo declarado de Marx e Engels de esclarecer suas questões e críticas frente a pensadores como Hegel e Feuerbach, por exemplo.

de 1859 da *Contribuição à crítica da economia política*, onde Marx explica, de forma esquemática, as premissas que compunham sua interpretação. Eis alguns trechos importantes do prefácio:

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes [...] E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela.

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização. (MARX, 2008, p. 47)

Considerado uma referência da interpretação materialista dialética da história, Lênin utiliza trechos do prefácio de 1859 no seu livro *As três fontes*. Gramsci também os utiliza recorrentemente, em especial o último parágrafo citado, principalmente a ideia de que uma sociedade não se coloca questões que ela mesma não possa resolver, ou seja, as contradições imanentes a uma perspectiva dialética da história nunca engendram um momento de superação quando não estão dadas as condições para a realização desse salto qualitativo. Nesse aspecto, a política teria um papel complementar na construção de uma realidade que já teve suas condições esquadrihadas (não determinadas) por um elemento mais subjacente, a base concreto-material sobre a qual se dá a construção do próprio ser social e, portanto, da sociedade. Pode-se dizer, portanto, que para Gramsci, a política não é algo que se dá de modo desenraizado da realidade concreto-material do mundo, como uma realidade independente e ontologicamente autônoma; senão esta análise estaria caindo no que chamou de “ideologismo”, superestimando elementos individuais e voluntaristas. No entanto, a política tem suas características próprias, seu tempo e movimento e se configura como uma realidade fenomenal que mantém relações mediatas com aquela realidade concreto-material.

Conforme expressa na citação que abre esse artigo, Gramsci observa um erro frequente nas análises histórico-políticas: a incapacidade de se compreender o que é orgânico e o que é ocasional. Ele tece sua crítica afirmando que, na maioria das vezes, as análises prendem-se demasiadamente, de um lado, nos elementos fenomênicos da questão, explicando-a a partir de causas imediatas e indutivamente identificáveis, caindo em um “ideologismo”. Por outro lado, as análises dão muita ênfase aos elementos estruturais, dando peso exacerbado à causas que deveriam ser consideradas como atuantes apenas de forma mediata, ou seja, “em última análise”, caindo no economicismo e no doutrinário pedante. É interessante notar que em uma de suas notas, Gramsci chama atenção para a inadequada interpretação dada às palavras de Engels.

Deve-se recordar ao mesmo tempo a afirmação de Engels de que a economia só em ‘última análise’ é o motor da história [...] que deve ser diretamente conectada ao trecho do prefácio à *Crítica da economia política*, onde se diz que os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias. (ENGELS apud GRAMSCI, 2000, p. 49-50)<sup>4</sup>

Esse equívoco contribuiu para diversas distorções do pensamento de Marx e Engels, que caíram no que Gramsci chamou de economicismo; interpretação que dava ênfase demasiada aos elementos econômicos na análise dos fenômenos superestruturais, em especial à política. Gramsci critica a perspectiva dogmática segundo a qual a aparência é interpretada como uma falsa realidade, na medida em que para ele representa apenas o que quer dizer literalmente, algo “aparente”. Dizer isso é assumir a validade histórica e a necessidade do sistema ideológico, pois é no terreno ideológico que os homens adquirem consciência das relações sociais. “Como disse Engels, é cômodo para muitos acreditar que possam ter no bolso, a baixo preço e sem nenhum esforço, toda a história e toda a sabedoria política e filosófica concentrada numa formulazinha.” (GRAMSCI, 2000, p. 52)

Tentando fugir dos opostos do “ideologismo”, que não considera nada mais do que questões imediatas, e do economicismo, que engessa as relações políticas interpretando-as como epifenômenos das relações de produção, e tentando manter uma interpretação de cunho materialista dialética, Gramsci utili-

4 Segundo notas de Carlos Nelson Coutinho, organizador dessa edição dos *Cadernos do Cárcere*, em uma carta a Bloch, Engels sublinha que o fator econômico é relevante apenas “em última análise”: “Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o *único* fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda”. (ENGELS apud GRAMSCI, 2001, p. 368)

za recorrentemente a ideia de relações orgânicas. A metáfora orgânica dá uma noção de totalidade, na qual as partes se relacionam de modo complementar; dá ainda uma compreensão de todo, que é mais do que a mera justaposição de suas partes. Essa metáfora, acredita-se aqui, é bastante ilustrativa de uma realidade social constituída por uma totalidade dialética, na medida em que os elementos que a compõem, base e superestrutura e suas diversas partes mais simples (não existentes na realidade social a não ser através de uma abstração teórica) se relacionam de modo complementar, construindo uma realidade caracterizada pela unidade dos contrários. Assim, a relação entre estrutura econômica e fenômenos superestruturais não se dá de forma retilínea e direta, como se a primeira determinasse imediatamente o desenrolar da segunda, mas de forma orgânica, ou seja, em uma configuração onde todos os elementos, seres humanos, condições materiais de existência, produção econômica, classes, política, cultura, entre outros, se relacionam entre si, configurando uma totalidade social constituída em torno de contradições ontológicas. Assim, Gramsci define bem o que Marx e Engels já haviam considerado desde *A ideologia alemã*:

Essa concepção de história assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil<sup>5</sup> nos seus diversos estágios, como base de toda história, e bem assim na representação da sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência [...] estudando a partir destas o seu nascimento; desse modo, naturalmente, a coisa pode também ser apresentada na sua totalidade (e por isso também a ação *recíproca* dessas diferentes facetas umas sobre as outras). (MARX; ENGELS, 2009, p. 57-58, grifo nosso)

Assim, para Gramsci, é fundamental pensar na diferença entre o que é orgânico e o que é conjuntural, pois se trata precisamente de melhor definir as relações entre estrutura e superestrutura, de modo que seja possível chegar a uma justa análise das forças que atuam na história.

---

5 Segundo os tradutores, o termo alemão para “sociedade civil” é *bürgerliche gesellschaft*, cuja tradução literal é sociedade burguesa. Para Marx e Engels, sociedade burguesa tanto pode significar a sociedade burguesa capitalista, como a base material da sociedade, o intercâmbio (relações de produção) que os homens estabelecem entre si na produção dos bens materiais necessários à existência, em qualquer tipo de sociedade. Este é o sentido utilizado na *Ideologia Alemã* e nessa citação em específico, que é bastante diferente daquele dado por Gramsci, como se verá adiante.

Todavia, no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma ciência política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente. Quando se estuda um período histórico, revela-se grande a importância dessa distinção. (GRAMSCI, 2000, p. 36-37)

A teoria gramsciana tem por objetivo fazer essa grande crítica histórico-social, analisando os grandes agrupamentos que se originam no terreno da estrutura. Nesse aspecto, Gramsci utiliza a ideia de grupos sociais, embora trabalhe com essa perspectiva em torno desses grandes agrupamentos estruturais. Embora fale também em diversos momentos das classes tradicionais, se referindo principalmente aos camponeses e rurais, classes dirigentes e classes subalternas, se refere sempre no plural, lembrando que a existência desses grandes demarcadores não implica em um monolitismo e/ou de uma unicidade advinda apenas do terreno da estrutura. Por isso, utiliza expressões como “diversos estratos da população” e “camadas sociais”, assumindo que as classes econômicas estão divididas em diversas frações e isso fica bastante visível nas suas análises históricas substantivas, como em *O resurgimento*. Vale lembrar, no entanto, que se trata de uma análise orgânica das relações de força na sociedade e que, portanto, estão balizadas em torno da constituição de grupos sociais na esfera da produção econômica, conforme será visto logo abaixo. Por isso, embora fale no plural, o pensamento de Gramsci sempre se vê às voltas com termos como “grupos sociais mais importantes”, “grupo social essencial” e “classes históricas”.

#### **4 AS RELAÇÕES DE FORÇA NA CONSTRUÇÃO POLÍTICA**

Considerando, portanto, os elementos da economia política do capitalismo esclarecidos por toda a obra de Marx, chamada por ele de “filosofia da práxis”, em associação às atualizações de Lênin sobre o capitalismo contemporâneo, Gramsci detém suas análises fundamentalmente em torno dos fenômenos da superestrutura, em especial a política. Como os grupos se constituem politicamente? Como se organizam para ter influência sobre a sociedade e sobre



o Estado? Segundo Gramsci, para que um grupo atinja a esfera política no seu mais elevado grau qualitativo, i.e., com potencial para dirigir e dominar a sociedade, ele precisa passar por fases de seu desenvolvimento, ou, nos seus dizeres, “momentos ou graus das relações de força”. Poder-se-ia dizer que os grupos que pretendem ter esse potencial passam por três grandes momentos: o momento estrutural; o momento da relação das forças políticas e o momento da relação das forças militares.

Mantendo a perspectiva da “filosofia da práxis”, o primeiro momento das relações de força é aquele estrutural, referente às relações de produção econômica. Ainda não estão envolvidos quaisquer elementos de relação política, uma vez que a relação das forças sociais está estreitamente ligada à estrutura objetiva, independente das vontades dos homens. “Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção”. (GRAMSCI, 2000, p. 40)

O segundo momento, referente às relações de forças políticas (avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais), pode ser dividido em três graus que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva. A primeira delas é o momento econômico-corporativo. Nele, o agrupamento estrutural já se reconhece como um mesmo grupo, que tem os mesmos interesses e as mesmas condições de vida. Assim, nasce o grupo profissional, em torno de sua homogeneidade. Nesse momento, a consciência da unidade se dá ainda de forma limitada, em torno de uma mesma unidade produtiva, por exemplo, a união dos trabalhadores de uma fábrica, e ainda não se tem a unidade do grupo social mais amplo. No segundo momento, o da consciência de solidariedade de todos os membros do grupo social, os indivíduos já se reconhecem como parte de um mesmo grupo social que transcende os limites da unidade produtiva. Eles se reconhecem, por exemplo, como operários, independente do ramo industrial. Segundo Gramsci, essas duas fases das relações das forças políticas ainda estão implícitas meramente no campo econômico, uma vez que a perspectiva dos grupos que se enquadram nelas ainda se restringe a uma relação com o Estado na busca de uma igualdade político-jurídica fundamentada em reformas nos quadros fundamentais existentes, com a reivindicação de participação nas legislaturas e na administração. Os grupos que ainda estão nessa fase não buscam o controle do Estado e o seu gerenciamento por seus membros e/ou aliados.

Na fase estritamente política, por sua vez, há a passagem para as superestruturas mais complexas. A disputa política passa a se dar em torno da esfera

do Estado, com o objetivo de dominá-lo, mas também em torno da sociedade como um todo, em vistas de dirigi-la. As ideologias se transformam em partidos políticos e a luta passa a se dar em torno de relações de força que têm por objetivo fazer com que uma ideologia ou uma combinação delas venha a prevalecer e se irradiar por toda a área social, estabelecendo, além da unicidade de fins econômicos e políticos, a unidade intelectual e moral, colocando as questões da luta não em um plano corporativo, mas em um plano universal.

Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. (GRAMSCI, 2000, p. 41)

É importante observar que os grupos sociais que estão nessa fase não têm por objetivo apenas reconhecimento e a realização de reformas pontuais. Sua relação não se dá unicamente com o Estado e, com ele, não apenas no sentido de conseguir recursos. Os grupos que estão em uma fase estritamente política têm uma ideologia definida e têm por objetivo lutar para que essa ideologia se irradie pelo tecido social, ou seja, fazer com que sua visão de mundo seja também a visão de todo o corpo social. Ter uma dimensão ético-política, uma visão de mundo e um projeto político específico, é um dos indicadores fundamentais que permite enquadrar um grupo nessa fase estritamente política, em torno de superestruturas mais complexas, como o terreno da política, do Estado e das organizações da sociedade.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2000, p. 41-42)

O terceiro momento é da relação das forças militares. Embora um grupo que tenha chegado ao momento estritamente político, trabalhe em primeiro lugar e fundamentalmente no âmbito do convencimento e da ideologia, procurando produzir consensos em torno da irradiação da sua concepção de mundo por toda a sociedade, Gramsci pressupõe que em algum momento essa relação política chegará (ou poderá chegar) a um conflito aberto com aqueles grupos que não aderiram a essas teses e que, portanto, permanecem como inimigos. Nesse aspecto, o momento da relação das forças militares pode ser também concebido em duas etapas. Na primeira, a técnico-militar, ainda não se tem aquele elemento estritamente político, de partido, ideologia, concepções de mundo, teses e projeto e político e se refere, portanto, apenas a uma questão puramente militar no sentido técnico. A segunda, por sua vez, a etapa político-militar, se refere especificamente ao que foi descrito sobre o grupo que conseguiu se impor no seio das organizações da sociedade e do Estado e que, para concretizar esse seu domínio, em sentido amplo, chega às vias militares e/ou coercitivas contra aqueles que não aderiram ao seu projeto. Assim, essa segunda etapa, que não necessariamente significa uma guerra ou confrontos abertos, mas pelo menos o poder de coerção sobre outros grupos, advém de uma ação propriamente política que tem a virtude de determinar reflexos de caráter militar, que são decisivos em cada oportunidade concreta.

Desses três grandes momentos da constituição de grupos estritamente políticos depreendem-se várias questões importantes para o pensamento gramsciano. Destaca-se, em primeiro lugar, a questão da estrutura. Gramsci analisa e teoriza sobre grupos sociais que se formam no terreno da produção econômica. Não está ele, no início do século XX, falando de grupos de identidade e/ou étnicos, mas de classes sociais no seu sentido clássico, embora não de forma monolítica. Por outro lado, o elemento mais latente de toda essa descrição das relações de força é a importância da construção política. A existência da classe em si no campo da estrutura não garante a existência da classe para si capaz de dirigir e dominar o corpo social. Não existe no pensamento gramsciano essa condição de necessidade histórica. O que existe é uma forte ênfase em um processo de construção política, que é também cultural e que advém da capacidade de os grupos sociais se reconhecerem enquanto tal e se organizarem; de elaborarem concepções próprias de mundo e de projetos de sociedade (ou de se associarem a concepções e projetos de grupos próximos) e de, mais importante, procurarem universalizar essas concepções dentro do tecido social. A função de construção da classe, de criação de concepções próprias e de sua universalização Gramsci creditava ao partido político e aos intelectuais.

## 5 O PARTIDO POLÍTICO E O PAPEL DOS INTELLECTUAIS

Falar do partido político e dos intelectuais em Gramsci remete exatamente a uma mesma questão, na medida em que ele compreende o partido como um grande intelectual coletivo e analisa essa categoria como os grandes operadores culturais das ideologias, concepções de mundo, do consenso e do convencimento. Embora um grupo que almeje ser dominante e dirigente na sociedade tenha que chegar às relações de forças militares, o papel dos intelectuais se dá fundamentalmente no campo das ideias. Nesse aspecto, portanto, Gramsci não teoriza sobre a forma institucional-burocrática dos partidos modernos, mas a de um grande intelectual coletivo organizado de alguma forma que o permita exercer sua função de construção cultural da classe e de universalização da sua concepção de mundo.

Segundo Gramsci, o partido político deve ser “o príncipe moderno”, na medida em que precisa ser o *condottiero* (o condutor da vontade coletiva) que Maquiavel preconizava no século XV.

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2000, p. 16)

O príncipe moderno deveria ter as mesmas características do *condottiero* de Maquiavel, *virtú* e *fortuna*, ou seja, deveria ser capaz de unificar qualidades de força (autoridade) e consenso, iniciativa e habilidade política, organização suficiente para aproveitar os contextos favoráveis e sorte para que esses contextos venham a existir. Como explica Sadek (2004, p. 21) ao analisar a relação entre *virtú* e *fortuna* na teoria política de Maquiavel, a atividade política é uma prática do homem livre de freios extraterrenos (do homem sujeito da história), que exige *virtú*, o domínio sobre a *fortuna*. Este poder que nasce da própria natureza humana e encontra seu fundamento na força é diferente, pois não se trata mais apenas da força bruta, da violência, mas da sabedoria do seu uso, da utilização virtuosa desta força.

Nesse sentido, o partido político, como o príncipe moderno, tem como principal objetivo fazer uma verdadeira reforma moral e intelectual na sociedade, construindo vontades coletivas em torno de uma concepção de mundo. Con-

forme dito, a principal e mais fundamental função do partido político é fazer a construção cultural da classe e de buscar irradiar seu modo de pensar, inicialmente, para grupos próximos, trazendo-os para sua órbita, e, posteriormente, para os grupos mais distantes, de forma mais ampliada possível. Claro está que esse critério de proximidade e distância é dado pelos interesses de classe gerados em torno das relações estruturais e que, portanto, chegará um momento em que a função do partido político não se restringirá a uma construção puramente política e chegará às relações de força militares.

O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si. (GRAMSCI, 2000, p. 46)

Gramsci considerava que todos os seres humanos são intelectuais, na medida em que na mais braçal das funções, sempre há a necessidade de atividade intelectual. No entanto, na sociedade, apenas alguns homens exercem a função de intelectual. São aqueles que, precisamente, operam a construção ético-política-cultural no seio das organizações da sociedade, ou seja, entre os diversos grupos sociais.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. (GRAMSCI, 2001, p. 15)

Assim como na ideia de partido, a noção de intelectuais em Gramsci assume uma conotação bastante abrangente. Podem ser chamados assim todos aqueles que trabalham em torno da organização e da educação da classe, fundamentalmente dentro do terreno das superestruturas, dos quais são, nas palavras de Gramsci, precisamente seus “funcionários”. Diversas funções podem ser realizadas dentro desse objetivo mais amplo. Assim, existem os grandes intelectuais que constroem as próprias teses da classe, sua ideologia e concepção de mundo. Existem também os intelectuais médios, que fazem a interpretação dessas teses para o corpo social da classe e os “pequenos” intelectuais, aqueles

que cuidam das ações mais pragmáticas de convencimento cotidiano, das atividades administrativas e que estão na ponta de capilaridade de uma organização onde todos têm suas funções e importância. “No mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos administradores e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada”. (GRAMSCI, 2000, p. 20)

Conforme dito, uma das funções fundamentais dos intelectuais, além de organizar e educar a própria classe, é buscar universalizar para o máximo possível de grupos as teses defendidas pela sua classe. Todos os grupos que se pretendem dominar e dirigir uma sociedade têm seus intelectuais atuando na sociedade. Dessa forma, uma disputa entre as diversas classes pode também ser observada através da disputa e das relações que são travadas entre seus intelectuais. Como o objetivo de todos eles é universalizar suas premissas, há momentos que um grupo social consegue impor sua visão de mundo aos intelectuais de outro grupo. Seja porque motivo for, um grupo que tem uma dimensão ético-política-cultural começa a desmoronar no momento em que seus intelectuais aderem às teses de grupos inimigos. A esse movimento Gramsci chamou de transformismo, ou seja, uma decaptação intelectual. Na metáfora, significa que as cabeças do partido e/ou do grupo foram convencidas pelo projeto de outro grupo.

É possível observar através da metáfora da decapitação, a importância dada por Gramsci ao papel dos intelectuais. São eles que realizam aquela construção política descrita nos momentos das relações de força. São os intelectuais, em sentido amplo conforme dito, os principais elementos que fazem a ponte entre a existência de um grupo na estrutura, a classe em si, e a sua existência enquanto grupo na esfera ético-política, a classe para si, que mantém relações com outros grupos na esfera do que Gramsci chamou de sociedade civil e de sociedade política. São os intelectuais que fazem a amálgama entre esses três elementos fundamentais da realidade social: a estrutura econômica, a sociedade civil e o Estado.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato, da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista da história, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político). (GRAMSCI, 2000, p. 53)

Essa amálgama, no entanto, é realizada sempre a partir da sociedade civil, uma vez que Gramsci considera os intelectuais como seus atores por excelência, aqueles que, por sua função, são os mais autônomos em relação às esferas da sociedade, em especial a esfera estrutural.

## **6 A SOCIEDADE CIVIL E A SOCIEDADE POLÍTICA – O ESTADO AMPLIADO**

Na construção clássica de Marx e Engels, há uma separação cognitiva entre a chamada base material ou infraestrutura (campo da produção da vida material concreta, esquematicamente associada às relações econômicas quando na prática se refere a algo muito mais complexo, associada às necessidades materiais de reprodução das condições de sobrevivência) e a superestrutura (formas de consciência, linguagem, as teorias puras, filosofia, teologia, moral – a ideologia – e a estrutura jurídica, o Direito e o Estado). O termo sociedade civil em Marx que no alemão é representado pela expressão *bürgerliche gesellschaft*, que pode significar também sociedade burguesa, conforme visto na nota um, remete à base da sociedade, campo onde se realizam as contradições básicas, de onde emergem as classes e a produção econômica. É por isso que é possível observar em alguns de seus textos a ideia de que o Estado se assenta na sociedade civil e é construído a partir de suas características. Em resumo, isso quer apenas demonstrar que o Estado não é um ente autônomo frente às condições reais de existência das classes sociais e que emerge de suas contradições.

Embora mantenha o esqueleto geral dessa concepção (separação entre estrutura e superestrutura), em Gramsci, a ideia de sociedade civil ganha outros contornos. Em geral, a concepção de que a sociedade pode ser dividida para fins cognitivos em uma estrutura econômica e uma superestrutura ideológica e jurídica permanece, uma vez que na realidade elas se relacionam organicamente. O que muda é que a superestrutura passa a ser composta fundamentalmente por dois planos abstratos: a sociedade civil e a sociedade política. Em geral, sociedade civil passa a ser entendida como o elemento superestrutural no qual se situam as diversas organizações privadas da sociedade, instituições que expressam diversas e contraditórias concepções de mundo, sindicatos, igrejas, jornais, associações, entre outras tantas. O elemento que caracteriza em essência a sociedade civil é a difusão de ideias, valores e concepções de mundo. Ela é relativamente autônoma em relação ao campo econômico, no sentido de que não se traveste simplesmente como seu epifenômeno; é construída pelas interações contraditórias entre os diversos valores e ideologias, ou seja, como o campo de criação e

circulação dos fenômenos culturais, balizada pelas grandes contradições fundamentais da sociedade. Em Gramsci, diferente da perspectiva marxista clássica, as diversas ideologias não são compreendidas simplesmente como falsas ideologias, mas como verdadeiras concepções de mundo dos diversos grupos sociais. Assim, é importante notar como a ideologia e a cultura ganham certa autonomia no pensamento gramsciano, pois para ele, considerando inclusive uma das frases de Marx do prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, o terreno ideológico, embora aparência, não representa uma falsidade, mas o terreno sob o qual o homem adquire consciência da história e da realidade social, ou seja, um elemento importante e que mantém sua validade.

Do outro lado da abstração está o plano da superestrutura que Gramsci chamou de sociedade política. Essa dimensão diz respeito especificamente àquilo que a tradição liberal chamou de Estado, ou seja, o aparelho jurídico-político-repressivo. Essa dimensão ganha a aceção no pensamento gramsciano de Estado restrito, na medida em que representa apenas a instituição formal. No entanto, conforme tem sido frisado, essa divisão entre sociedade civil e sociedade política tem apenas um conteúdo cognitivo, na medida em que se as duas não são a mesma coisa e têm características e funções diferentes, na realidade se expressam como um par dialético, de modo que uma não existe sem a outra, pelo menos nas sociedades que estavam sendo analisadas. Assim, emerge a concepção gramsciana do Estado ampliado, uma configuração complementar e contraditória entre a sociedade civil e a sociedade política. Não podem existir elas na realidade social de forma separada, visto que compõem uma totalidade complexa, uma arena de disputas de posições e de concepções de mundo que começa na sociedade civil e se espalha pela sociedade política, institucionaliza-se no Estado, reverberando-se depois novamente na e pela sociedade civil. Não há no pensamento marxista e no pensamento gramsciano espaço para a concepção liberal que separa como dois entes as esferas pública e privada, como se o público não emanasse daquelas relações estruturais e pudesse ser algo completamente autônomo frente à realidade da *bürgerliche gesellschaft*. Se sociedade civil e sociedade política, as esferas privadas e públicas não são, a rigor, a mesma coisa, não podem ser elas menos do que um par dialético.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no gover-



no 'jurídico'. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2000, p. 21)

O Estado ampliado, portanto, é uma arena onde os grupos sociais disputam hegemonia, ou seja, procuram universalizar sua visão de mundo, construindo alianças e atraindo outros grupos para sua órbita, e procuram obter o aparelho de dominação para que consiga impor seu projeto político aos grupos que não conseguiram fazer aderir às suas teses. É no Estado ampliado, portanto, que se consolidam as funções do *condottiero*, a *virtú* e a *fortuna*, a força e o consenso, conforme destaca Coutinho (1985, p. 62)

Gramsci registra assim o fato novo, historicamente novo de que a esfera ideológica ou simbólico-axiológica, nas sociedades capitalistas mais avançadas, ganhou uma autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado *stricto sensu* e isso é verdade não apenas diante dos novos organismos criados pelo protagonismo político das massas (partidos, sindicatos, etc.), mas inclusive em face de velhas instituições herdadas pela sociedade capitalista (como as Igrejas ou o sistema escolar). A necessidade de conquistar o consenso como condição de dominação impõe a criação e/ou a renovação de determinadas objetivações sociais, que funcionam como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência-material – base da autonomia relativa assumida pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil – uma esfera específica, dotada e legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito.

Assim, pode-se dizer que Gramsci foi um autor que deu muita ênfase à importância da sociedade civil. Isso pode ser explicado por vários motivos. O primeiro, e mais fundamental, diz respeito ao fato de que ele estava procurando respostas para o fato de o movimento operário não ter alcançado ainda a revolução nas sociedades ocidentais. Encontrou Gramsci a resposta na estadalatria. Segundo ele, todo o pensamento emancipatório estava direcionado para a derubada do aparelho do Estado *estrito sensu*, quando deveria estar preocupado em obter hegemonia na sociedade civil, pois observava ele que nas sociedades ocidentais, a sociedade civil era bastante densa.<sup>6</sup>

6 Segundo Gramsci, nas sociedades orientais, a sociedade civil não era tão densa quanto nas sociedades ocidentais, devido à própria tradição autocrática desses países. Assim, como foi o caso da Rússia, o problema de se tornar hegemônico se referia muito mais ao Estado *estrito sensu* do que à sociedade civil. Desse modo, poder-se-ia tentar uma revolução a partir do assalto à fortaleza e à instituição burocrático-legal da sociedade política.

A mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resiste às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna. Assim como nesta última ocorria que um implacável ataque de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário (mas, na realidade, só o havia destruído na superfície externa e, no momento do ataque e do avanço, os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente) [...]. (GRAMSCI, 2000, p. 73)

Assim, antes de se tentar uma investida sobre o Estado e superestimar os impactos de uma crise econômica, todo e qualquer grupo que tem por objetivo se tornar dirigente e dominante na sociedade deve conseguir exercer sua influência sobre a sociedade civil, universalizando suas concepções de mundo, através do trabalho dos intelectuais, do partido e de suas organizações, ou seja, os grupos deveriam ter chegado, dentro das relações de força da política, ao momento estritamente político, i.e., trabalhar às voltas com a perspectiva de universalização ético-política-cultural. Gramsci alertava para a necessidade de superar a fórmula da “revolução permanente” em direção à fórmula da hegemonia civil.

## **7 O QUE É HEGEMONIA?**

Talvez esse seja o conceito mais fecundo e criador de Gramsci, pois é uma síntese e centraliza todos os elementos discutidos pelo autor. O termo hegemonia tem sido utilizado das mais diversas maneiras, com os mais diferentes significados conjunturais, significando supremacia, prevalência, dominação, domínio, controle, etc. Aqui será considerada a interpretação totalizante do conceito, ou seja, aquela dada pelo autor no contexto global de sua obra. É devido a essa perspectiva que se tentou apresentar antecipadamente outros conceitos importantes, e teoricamente subjacentes, para a compreensão do conceito de hegemonia.

Compreende-se aqui que a dimensão mais totalizante dada por Gramsci à ideia de hegemonia diz respeito a um movimento orgânico de construção política de um grupo social, que começa na sociedade civil (universalizando sua concepção de mundo, construindo consensos e dirigindo outros grupos sociais) e termina na sociedade política (com a possibilidade da dominação). A obtenção da hegemonia tem um objetivo específico, que é a aplicação de um projeto polí-

tico para todo o conjunto da sociedade. Da mesma forma que sociedade civil e sociedade política se constituem como um par dialético, também a hegemonia que, fundamentalmente, diz respeito à sociedade civil, só pode culminar com a chegada ao Estado, com a conquista da possibilidade da dominação.

Em primeiro lugar, é interessante notar que o próprio Gramsci dá os créditos do conceito de hegemonia a Lênin. Segundo ele, a ideia de que uma classe precisa dirigir seus aliados e dominar seus inimigos está implícita em várias reflexões leninistas, em especial quando fala da formação do bloco operário-camponês e da direção que o proletariado deve exercer sobre esta outra classe. A formação de um bloco constituído por classes aliadas em torno de um projeto em comum, sob hegemonia da classe mais fundamental, está, de fato, subjacente aos escritos políticos de Lênin, notadamente naqueles posteriores à Revolução Russa. No entanto, é inegável o desenvolvimento, a clareza e a centralidade que Gramsci dá ao conceito e às táticas políticas inspiradas em sua compreensão.

Assim, várias dimensões estão implícitas na definição gramsciana da hegemonia, a começar por uma relação dialética que perpassa de forma totalizante as dimensões da estrutura econômica, da sociedade civil e do Estado. Em poucas palavras, hegemonia nada mais é do que a capacidade que um grupo social tem de dirigir (elemento relacionado à sociedade civil que se refere à criação de consenso) e dominar (elemento relacionado ao Estado que se refere ao uso da força). No entanto, um grupo só consegue alcançar o *status* de hegemônico ou, pelo menos, o potencial para se constituir como hegemônico (e, portanto, contra-hegemônico, como se verá mais abaixo) se tiver se constituído politicamente através de um movimento orgânico, que começa na estrutura econômica. Assim, mais uma vez, Gramsci está se referindo às classes sociais e suas frações e todo o seu processo de constituição de classe em si para classe para si, resumido naqueles momentos das relações de força. Dominar e dirigir são entendidos como dois momentos:

[...] o da 'dupla perspectiva' na ação política e na vida estatal. [...] que pode ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondente à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da 'igreja' e do 'Estado', da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (GRAMSCI, 2000, p. 33)

Existem divergentes interpretações acerca da natureza própria da hegemonia. Para alguns autores, ela se exerce fundamentalmente na sociedade civil, através das organizações e dos intelectuais, ou seja, através das ideias da direção, consenso, civilidade, etc. Para outros intérpretes, não é possível haver hegemonia fora da dupla perspectiva apontada acima e ela supõe tanto direção na sociedade civil, quanto dominação no Estado. Na perspectiva aqui adotada, considera-se que a leitura dos textos de Gramsci, de fato, dá a sensação de que a hegemonia se exerce fundamentalmente na sociedade civil e que o momento da força faz parte do passo seguinte, mas não necessariamente estaria dentro de uma concepção de hegemonia. No entanto, na medida em que se considera que no seu pensamento orgânico Gramsci estava interessado, de fato, na ação política e como essa ação não pode acontecer apenas no âmbito da sociedade civil, uma vez que ela está dialeticamente vinculada ao Estado, será considerada a perspectiva da hegemonia como uma forma de ação política que tem por objetivo configurar um sistema hegemônico, que articula as dimensões da direção e da dominação, da sociedade civil e da sociedade política, embora se acredite que a ação da hegemonia em si se dá, por princípio, fundamentalmente na sociedade civil. Esquemáticamente, portanto, hegemonia se dá na sociedade civil através da direção e, na medida em que avança em busca da autoridade, da conquista do Estado, culmina de forma a constituir um sistema hegemônico.

No que concerne à aplicação do conceito de hegemonia/sistema hegemônico em outros contextos históricos e em pesquisas empíricas que não ganham a grande dimensão da crítica histórico-social de Gramsci, pressupõe-se alguns elementos fundamentais, que podem ser separados de forma cognitiva nos campos da: a) sociedade civil: projeto político para toda a sociedade, universalização da concepção de mundo, direção, consenso, convencimento; b) sociedade política: força, autoridade e dominação. As dimensões e indicadores do primeiro campo dizem respeito a toda aquela construção ético-política-cultural realizada pelos intelectuais, pelos partidos e pelas organizações da classe. É interessante notar, no entanto, as peculiaridades que esses elementos indicam. Em primeiro lugar, no sentido clássico gramsciano, não é qualquer grupo social que tem o potencial para se tornar hegemônico. Gramsci não observou essa possibilidade para grupos identitários e/ou étnicos, por exemplo, na medida em que a hegemonia se remete a projetos políticos que devem representar interesses universalizantes, de modo que apenas as classes fundamentais que caracterizam determinada fase de evolução ou determinado modo de produção têm potencial para produzir. Os esquemas universalizantes se referem ao elemento fundamental da realidade social, econômica e política, i.e., a essência de determinada fase histórica e/ou

modo de produção, pois embora as diversas frações de classe possam se pretender hegemônicas sobre classes antagônicas e também sobre as outras frações de sua própria classe, o que nunca poderá ser transformado é o elemento que caracteriza o interesse comum e, portanto, a própria classe enquanto tal. Dessa forma, não é qualquer ideologia e/ou concepção de mundo que pode ser hegemônica, apenas aquelas que representam projetos políticos para toda a sociedade, que se expandiram para além dos seus interesses econômico-corporativos, não apenas com fins pontuais, imediatistas e restritos.

A hegemonia, na perspectiva que aqui se defende, está na alçada do que Gramsci chamou de grande política, em detrimento da política miúda. Está associada a uma extensa crítica histórico-social e por isso está vinculada fundamentalmente às classes fundamentais, aqueles agrupamentos que nascem no terreno da produção econômica.

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. (GRAMSCI, 2000, p. 21)

Maquiavel examina, sobretudo, as questões da grande política: criação de novos Estados, conservação e defesa de estruturas orgânicas em seu conjunto; questões de ditadura e de hegemonia em ampla escala, isto é, em toda a área estatal. (GRAMSCI, 2000, p. 22)

Por outro lado, para além de representar um projeto para a toda a sociedade, ele precisa se tornar uma concepção universal no seio da sociedade, pois, caso contrário, o grupo em questão, ainda que possa se constituir como dominante, não terá alcançado o poder de direção sobre outros grupos sociais. Ter direção sobre outros grupos sociais é conseguir fazer com que eles orbitem em torno de si e do seu projeto político. Não se trata de uma simples aliança, temporária e com objetivos imediatos, mas de uma verdadeira aliança programática, em torno dos núcleos centrais do projeto político. Nesse aspecto, construir hegemonia pressupõe a construção de consensos com os grupos sociais subalternos que orbitam em torno do mais fundamental. A construção dessa unidade, no entanto, requer que os grupos abram mão de alguns de seus interesses, sem jamais perder os núcleos centrais do projeto, em especial os núcleos

centrais dos seus interesses econômicos. A direção, portanto, inclui elementos de simples convencimento e construção de consensos em torno de elementos fundamentais, que deverão se generalizar pelo corpo social.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2000, p. 48)

Por outro lado, a complementação da hegemonia, ou seja, dos objetivos da própria ação política que se realiza na consolidação de um sistema hegemônico, pressupõe a sociedade política, a força e a autoridade que constituem a dominação. Gramsci viveu já em uma época histórica em que o Estado já se constituía como ampliado não apenas pela sua relação dialética com a esfera da sociedade, mas também pelas características que foi tomando ao longo do tempo. Determinadas funções que, originalmente, eram realizadas pela sociedade civil, pelas instituições privadas, como a educação, por exemplo, começaram a ser realizadas pelo Estado. Nesse aspecto, seria impossível pensar em uma verdadeira universalização das concepções de mundo de um grupo que não detivesse o controle sobre esses meios de criação e difusão de ideias. Nos seus escritos, Gramsci dá muita ênfase à importância da educação na emancipação. Assim, a própria direção só se complementa quando o grupo social consegue se tornar dominante e detém o poder do Estado. O Estado também é um educador, na medida em que tende a criar um novo tipo ou nível de civilização.

A universalização das concepções de mundo jamais pressupõe um monolitismo de ideias. Dificilmente um grupo social será dirigente a ponto de conseguir impedir que outras concepções potencialmente hegemônicas surjam, principalmente pelo fato de que as contradições permanecem vivas no seio da estrutura econômica. Nesse aspecto, um grupo para ser hegemônico e chegar ao seu objetivo, colocar em prática seu projeto político, precisa garantir que isso seja realizado, inclusive a despeito dos interesses dos grupos sobre os quais ele não conseguiu construir sua direção, i.e., notadamente os grupos antagônicos no terreno da produção. Deste modo, o Estado ganha papel relevante no aprofundamento da hegemonia e na constituição do sistema hegemônico.

Direção e dominação precisam estar articulados para que a hegemonia se configure de forma total, na consolidação do sistema hegemônico. Assim, não é possível dizer que um grupo que dirige a sociedade civil e tem garantida a universalização das suas teses é hegemônico se não consegue impor seu projeto aos grupos que lhe são antagônicos, visto que ainda não detém os meios de coerção, o controle sobre as leis, etc., ou seja, o Estado. É possível, entretanto, que esse grupo esteja em vias de chegar ao Estado ou esteja pronto para se tornar verdadeiramente hegemônico. Por outro lado, e muito menos, não pode ser considerado hegemônico aquele que apenas é dominante e não consegue dirigir a sociedade civil. Neste caso, o potencial para se tornar hegemônico é ainda menor (embora as instituições do Estado possam ser utilizadas muito bem para a consolidação de concepções de mundo), pois essa dominação pode se assemelhar a uma ditadura (sociedade política sem sociedade civil). Assim, hegemonia é um fenômeno que se desenvolve na esfera do Estado ampliado e é organicamente impossível concebê-la aquém dessa perspectiva dialética.

Pensar em hegemonia de maneira dialética e dentro do esquema totalizante de Gramsci é pensar que ela está, inevitavelmente, associada a possibilidades de contra-hegemonia. Esta nada mais é do que o fenômeno dialeticamente natural de qualquer processo hegemônico, o potencial sempre presente de que outros grupos sociais antagônicos se constituam politicamente e procurem também dirigir e dominar a sociedade. Nesse aspecto, falar em contra-hegemonia pressupõe os mesmos indicadores necessários para a definição da hegemonia. Assim, é importante diferenciar as ações contestatórias que, embora evidentemente políticas, ainda não alcançaram aquele elemento das relações estritamente políticas, daquelas de caráter contra-hegemônico que, por definição, tem um projeto político universal e duradouro, busca universalização das concepções de mundo, disputa na sociedade para estabelecer consensos em torno dos núcleos centrais de sua ideologia, construção de alianças para que grupos sociais orbitem em torno de si e busca da garantir da aplicação de suas teses através da chegada ao poder do Estado.

## **8 O BLOCO HISTÓRICO**

O bloco histórico é o conceito de Gramsci considerado mais totalizante, dentro da dimensão adotada neste artigo. Apenas com a sua definição é possível compreender de forma orgânica e dialética, ou seja, em movimento, todos os conceitos estabelecidos anteriormente, pois o bloco histórico é a abstração que mais se aproxima do concreto pensando e, portanto, da realidade empírica.

Na interpretação aqui adotada, compreende-se o bloco histórico como a construção histórico-territorial da dominação de classe. Ele expressa uma realidade historicamente mais complexa, pois engloba eventos de longo prazo e as variadas relações construídas pelos diversos grupos sociais ao longo da sua vigência. Ele é macro-estrutural, pois não depende das vontades individuais, mas apenas do projeto político fundamental que articula a estrutura econômica, a sociedade civil e a sociedade política.

O bloco histórico também é uma construção política de um grupo social que teve início na estrutura econômica e seguiu em direção às sociedades civil e política. Sua duração de longo prazo, entretanto, permite que a dominação de classe ganhe várias facetas e/ou momentos. Em seu momento “normal”, o bloco histórico é constituído pelo sistema hegemônico, ou seja, um verdadeiro bloco intelectual, moral, político e econômico configurado em torno de uma articulação orgânica entre a estrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Por outro lado, em um momento transitório, o bloco histórico pode tomar a faceta de um sistema ditatorial, constituído em torno da dominação, ou seja, do poder da sociedade política sobre a sociedade civil. Nesta, cria-se uma falsa hegemonia em torno da coerção e não do consenso. Em resumo, um bloco histórico pode ter várias formas, mas representa a permanência histórica da dominação de uma classe social histórica.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A concepção expressa aqui da noção de hegemonia em Gramsci pode soar bastante rígida, na medida em que busca estabelecer os indicadores necessários para a classificação dos fenômenos dentro das categorias de hegemônica e contra-hegemônica. Embora não se tenha por objetivo engessar conceitos tão criadores e fecundos, é importante salientar que a construção teórica gramsciana é marcada pelo caráter geral e totalizante da tradição marxista que, conforme se tentou mostrar, articula organicamente os elementos da estrutura econômica, da sociedade civil e da sociedade política, construindo uma linha de pensamento originalmente materialista. Dessa forma, Gramsci deixa um legado conceitual que se remete a análises de realidades sociais complexas, de fenômenos históricos de longo prazo, ou seja, aquela grande crítica histórico-social. Nesse aspecto, embora adaptações possam ser elaboradas, visto que a ciência e a interpretação da realidade social não podem se furtar de evoluir em prol da produção de análises mais fecundas, parece importante ter em mente que o ar-



cabouço gramsciano deve ser utilizado com parcimônia e critério, sob o risco de que ele perca a riqueza do seu caráter e não caia em esquemas simplificadores. Aplicar os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia na análise de fenômenos contemporâneos exigiria, inclusive, alguma reflexão sobre a atual situação social e política das classes e suas frações no capitalismo contemporâneo.

Na perspectiva aqui adotada, mais interessante do que buscar a classificação de grupos e eventos em termos de hegemônico ou contra-hegemônico, seria buscar analisá-los a partir da dimensão do que Gramsci chamou de acúmulo de forças (uma dimensão da construção processual em busca de hegemonia), uma vez que aquele empreendimento se apresenta bastante complexo, sem antes haver uma verdadeira consideração sobre o macroprocesso histórico, a situação das classes, da estrutura econômica, etc.

É importante frisar, entretanto, que a interpretação de cada autor é livre e que existem outras leituras bastante diferentes acerca do legado de Gramsci, tanto da perspectiva da tradição liberal, que tenta dar mais autonomia à sociedade civil e mais liberdade ao conceito de hegemonia do que foi exposto aqui, quanto dentro da própria tradição marxista que, por vezes, indica caminhos diversos para essa interpretação. No que tange à interpretação defendida nessas páginas, tentou-se demonstrar como o pensamento de Gramsci é profundamente materialista dialético, sem, contudo cair no que o próprio autor chamou de economicismo e doutrinário pedante, e que a noção de hegemonia é construída sobre essas premissas. Ela, portanto, mantém uma lógica que faz com que certos elementos fundamentais sejam levados em consideração para a sua utilização em outros contextos histórico-sociais, sob o risco de cair no que o próprio Gramsci chamou de “ideologismo”, ou seja, em uma análise que peca por considerar em excesso os aspectos individuais e voluntaristas.

#### **GRAMSCI AND THE MEANING OF POLITICS: HISTORICAL MATERIALISM, REJECTION OF “ECONOMISTIC” DOGMAS AND “IDEOLOGUES” ILLUSIONS**

##### **Abstract**

This paper aims to present some of the main concepts of the Italian thinker Antonio Gramsci, in particular the notion of hegemony. Through a theoretical discussion, this paper will discuss how the thinking engendered by Gramsci has roots solidly grounded in historical materialism developed by Marx and Engels and renovated by Lenin. Therefore, through the Marxian epistemology, this paper seeks to organize the presentation of concepts starting from the simplest elements and abstract toward the totality of social reality, aiming at the construction of a concrete thought. So understand that while Gramsci has introduced important new elements to this field of thought, the theoretic-

cal-methodological basis of his thought remains materialist, heir, so the Marxist tradition. This article also intends to focus on the methodological aspects of the empirical operationalization of the concepts of hegemony and counter-hegemony, discussing the dimensions and indicators necessary for the realization of these phenomena in social reality. As innovations of Gramscian's thinking, the article also highlights the theoretical turn toward consideration of ideologies and worldviews as elements of culture, where political action must begin, and not as false consciousness. Moreover, there is also the importance of their critique of Marxism which considered mechanistic, dialectically seeking to deepen relations between the superstructure and the economic infrastructure, the economy, civil and political societies, which enabled him to renew Marxist political theory, if becoming one of the leading thinkers in this theoretical/political field.

**Keywords:** Gramsci. Political Theory. Historical Materialism. Hegemony.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Flávio. *O antigo jovem Marx e o novo velho Marx renascem em Berlim*. 4 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FCultura%2FO-antigo-Jovem-Marx-e-o-novo-Velho-Marx-renascem-em-Berlim%2F39%2F29724>>. Acesso em: 11 dez. 2013, às 16:11h.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes: introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.
- GERMANO, José Willington. Gramsci: igreja e intelectuais (acerca da formação do estado burguês na Itália). *Educação em Questão*, Natal, RN, v. 4, n.1/2, jan./dez. 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Organização e tradução: Carlos Antônio Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Organização e tradução: Carlos Antônio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.
- GRAMSCI, Antonio. *O ressurgimento*. In: GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. v. 2, 339 p. (Coleção Teoria).
- LENIN, Vladimir. *As três fontes*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.
- LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- MARX, Carl. Prefácio. In: MARX, Carl. *Contribuição da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 45-50.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.
- MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. A guerra civil na França. In: MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da política I*. São Paulo: Ática, 2004.

SADER, Emir. *Gramsci – poder, política e partido*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.